

# "Consenso" fecha proposta para anistia dos militares

Janio de Freitas

## Estilo presidencial

Muito saudável a iniciativa presidencial de entrevistas coletivas e periódicas. Só falta tornar saudável o conteúdo delas. Na primeira, foi aquela história maravilhosa da empresa alemã que se oferecia não só para construir, mas até para custear a ferrovia Norte-Sul. Na de agora, o novo estilo didático do presidente Sarney veio com números: "Neste mês os salários reais dos trabalhadores brasileiros tiveram um aumento real de 12%. Nós tivemos, no geral, um aumento de consumo, também neste mês, de cerca de 40%. Isso tudo conjugado com o quê? Com o seguinte: não tivemos saque na poupança. A poupança se manteve da mesma maneira, até com o aumento de Cz\$ 10 bilhões."

O crescimento dos salários logo se vê, mais abaixo. Os 40% do aumento de consumo devem ser confusão com os quarenta mil demitidos em São Paulo. E enfim liberados, quatro dias depois da fala presidencial, os números da poupança, verifica-se nem ser verdadeiro que "não houve saque" ou "que a poupança se manteve da mesma maneira", nem, muito menos, o "aumento de Cz\$ 10 bilhões": os depósitos foram de Cz\$ 110 bilhões e as retiradas de Cz\$ 113 bilhões. Os repórteres brasileiros não precisam ficar complexados, porém. Na entrevista que concedeu aos mexicanos anteontem, preparatória de sua visita ao México, o presidente explicou que foi à TV autoconceder-se os cinco anos "no momento em que o país tinha inflação de 20% e acabava de decretar a moratória", um "quadro de dificuldades". A moratória foi em 20 de fevereiro, o programa do mandato em 18 de maio.

E, como registraram numerosos repórteres e analistas, o mandato foi precipitado por causa da indignação causada pelo caso da Norte-Sul.

### Só construtivo

Tranquelize-se: está provado que você não ficou doído. Melhor ainda: os

que vivem ao seu redor também não enlouqueceram. E, de quebra, com esta notícia o ministro do Exército não precisará mais dizer que a imprensa só publica o negativo e nada de construtivo.

Que situação mais encucante, mesmo, saber do governo que o custo de vida subiu só 3,05% e a cada dia achar que o mesmo dinheiro, misteriosamente, paga sempre muito menos coisas. Há dias a Fundação Getúlio Vargas informava que o seu Índice Geral de Preços apurara aumento de 9,33% no custo de vida em julho. Deu para relaxar um pouquinho, mas ficava índice contra índice. Agora o Dieese veio com o desempate. Quero dizer, com o diagnóstico psicológico: para o populacho que ganha até 30 salários mínimos, o custo de vida subiu 14,04%. Com a inflação de julho, o poder aquisitivo dos assalariados de data-base no último trimestre caiu, do Plano Cruzado ao fim de julho, em torno de 50%. Na média geral, os salários perderam no mesmo período, graças a Deus, 44,22%. Que alívio. Viva a perda salarial.

### Sem atrapalhar

Não é o caso de ser importuno, suscitando questões que não diz respeito aos que vivem em palácios, mansões oficiais no Lago Sul, bons apartamentos ou hotéis pagos pelos cofres públicos. Questão que pode até ferir o bolso destas pessoas, cujas economias costumam fazer um modesto patrimônio de numerosos imóveis.

Mas, considerada a carência habitacional brasileira, a mais escandalosa dentre as economias de igual porte, o aumento dos aluguéis em 710% apenas nos sete meses deste ano, e com embalo crescente, talvez justificasse algum esforço de alguém no governo para atenuar esta escalada especulativa e anti-social. Desde que o assunto não prejudique o calendário governamental de viagens, nem o de audiências aos grandes proprietários de imóveis, é claro.

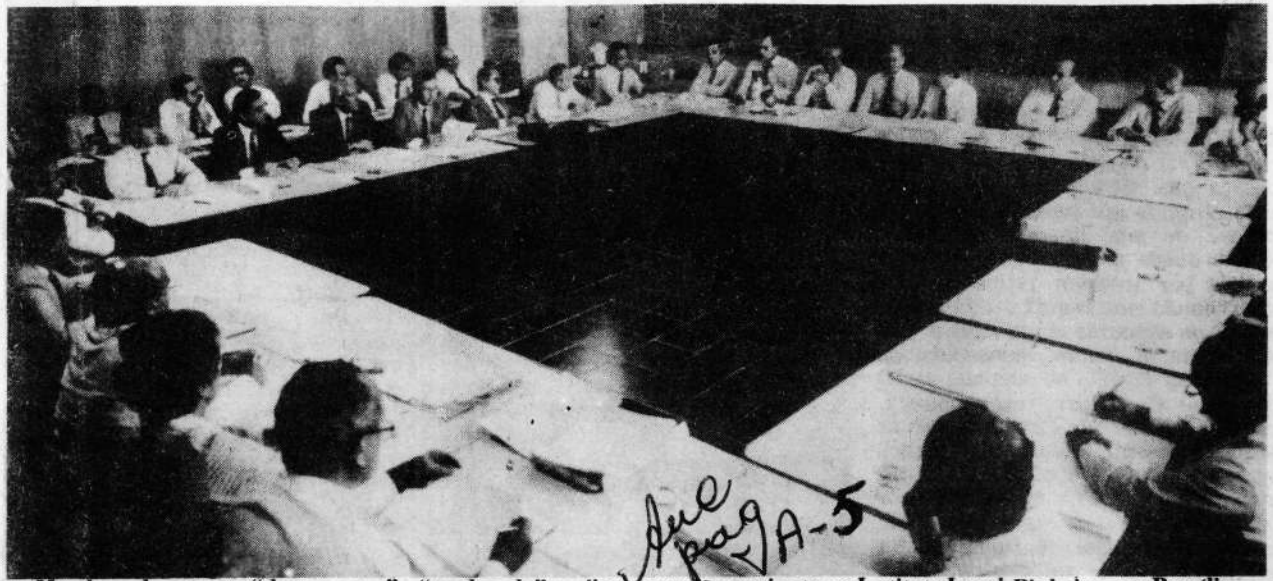
Da Sucursal de Brasília

Os parlamentares que integram o "grupo do consenso", uma das articulações suprapartidárias que buscam negociar os pontos polêmicos no Congresso constituinte, chegaram ontem a uma fórmula alternativa para a questão da anistia aos militares cassados por motivos políticos. A proposta, de autoria do senador José Agripino Maia (PFL-RN), estabelece que os militares cassados passarão a receber, a partir da promulgação da nova Carta, vencimentos correspondentes aos soldos que estariam recebendo se tivessem permanecido nas Forças Armadas e obtido todas as promoções de carreira.



A proposta atende, porém, à preocupação manifestada pelos ministros militares em relação à anistia, ao descartar a reintegração dos cassados à tropa e o recebimento dos soldos que deixaram de ser pagos. Ela foi aprovada, por unanimidade, pelos parlamentares de nove partidos do grupo do "consenso".

Embora não tenha discutido pormenorizadamente a proposta de Agripino Maia, o grupo "moderado" não tinha ontem uma posição definida sobre ela.



Membros dos grupos "do consenso" e "moderado" realizam reunião conjunta no Instituto Israel Pinheiro, em Brasília

Foi mantida a proposta do relator Bernardo Cabral, pela qual os militares seriam reintegrados às Forças Armadas e ressarcidos dos soldos perdidos.

Depois de uma reunião conjunta entre os grupos suprapartidários "moderado" e do "consenso", três pontos polêmicos da nova Constituição receberam uma solução alternativa. Até amanhã, emendas conjuntas sobre o "Sistema Tributário", "Sistema Financeiro" e

"Meio Ambiente" devem receber adesão de constituintes dos dois grupos.

Embora a Receita Federal calcule uma perda de 33% no orçamento da União a partir da promulgação da proposta do texto de Cabral, os dois grupos mantiveram, quase na totalidade, o capítulo do "Sistema Tributário". O deputado José Serra (PMDB-SP), autor do relatório incluído no Projeto Cabral, disse que a perda será em torno

de 15 a 20% até 1994, implicando um ganho de 30% aos municípios e de 15% aos Estados. No capítulo do "Sistema Financeiro", o consenso foi obtido sem dificuldades. Os artigos serão reduzidos e a maioria deles será tratada pela legislação ordinária.

Por unanimidade, foi aprovada a proposta que submete à decisão do Congresso Nacional qualquer obra que tenha impacto sobre o meio ambiente.

## Entidades entregam hoje 30 emendas populares a Ulysses

Das Sucursais de Brasília e de Porto Alegre

Representantes da "Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte" entregam hoje, às 16h, ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), cerca de trinta emendas de iniciativa popular ao anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). As emendas, segundo os patrocinadores, devem totalizar mais de dois milhões de assinaturas, e serão transportadas em peruas e caminhonetes. As caravanas provenientes de vários Estados se reunirão às 14h em frente à rampa do Congresso.

Apesar do trabalho desenvolvido, as próprias entidades parecem duvidar do aproveitamento das emendas. O secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), André Montalvão da Silva, afirmou esperar que pelo menos parte delas entre nas negociações que estão sendo feitas sobre o anteprojeto.

Grupos de mulheres de todo o país também entregarão hoje, às 15h, uma emenda popular com 25 mil assinaturas que estabelece o direito de concepção ou interrupção de gravidez indesejada até noventa dias de seu início. A proposta recebeu o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão ligado ao Ministério da Justiça. Apesar de ter cinco mil assinaturas a menos do que o exigido (trinta mil), as mulheres encaminharão a emenda para marcar posição. Empresários gaúchos, reunidos no "Movimento pela Liberdade Empresarial", também entregam hoje sua proposta contrária à estabilidade no emprego.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, entregou ontem a Ulysses Guimarães três propostas de iniciativa popular (com aproximadamente um milhão de assinaturas) para a nova Constituição: duas delas defendem a manutenção da estrutura, organização e fontes de receita do Sesi, Senai, Sesc e Senac, e a terceira o princípio da livre iniciativa.

## Parlamentares articulam formação de novo partido

Da Sucursal de Brasília

"Não dá mais para esperar", afirmou, ontem, o senador Affonso Camargo (PMDB-PR), de centro, a um grupo de vinte parlamentares de doze Estados reunidos para discutir o calendário de criação de um novo partido, de orientação socialista, no Congresso constituinte.

Esse calendário prevê a fundação do novo partido no dia 21 de setembro e a publicação do seu manifesto, do programa e estatuto no dia seguinte. As estimativas dos articuladores da nova legenda são de que ela terá de vinte a cinquenta deputados e cerca de seis senadores.

Além dos peemedebistas do "Movimento de Unidade Progressista" —MUP (originalmente, uma articulação dos parlamentares de tendência claramente socialista ou socializante que permaneceram abrigados no PMDB, mas a palavra socialismo foi evitada porque o grupo também tem personagens que não se alinham a essa linhagem político-ideológica)—, pretendem ingressar no novo partido o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino

Braga; as deputadas Moema São Thiago (PDT-CE), esquerda; e Beth Azize (PSB-AM), centro-esquerda e o senador Jamil Haddad (PSB-RJ), esquerda. Pelo PMDB estão dispostos a deixar o partido Cristina Tavares (PE), esquerda; Fernando Lyra (PE), centro-esquerda; Raquel Capiberibe (AP), centro-esquerda; Nelson Aguiar (ES), esquerda, e pelo menos mais dez deputados. Esse grupo afirma que o senador Mário Covas e os parlamentares que não estão dispostos a sair agora do PMDB fariam isto depois.

Dois outras reuniões para discutir o novo partido já foram realizadas: uma na casa da deputada Moema São Thiago, na segunda-feira, com dez parlamentares; outra no gabinete do deputado Wilson Souza, na noite de ontem, com nove deputados. Os nomes já propostos para a nova legenda são Partido Trabalhista Popular (PTP), Partido da Esquerda Democrática (PED), Partido Popular Democrático (PPD) e Partido Socialista (PS).

Os parâmetros do calendário discutido ontem são as eleições municipais de 1988 e a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral, na Comissão de Sistematização, no mês que vem.

OS DIFERENTES CONCEITOS	
Propostas	Defensores
O Congresso constituinte não deve legislar sobre o assunto. A definição do que é empresa nacional e empresa estrangeira, e o papel de cada uma na economia, deve ficar para legislação ordinária ou, até mesmo, não ser objeto de leis específicas.	Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e senador Roberto Campos (PDS-MT)
Empresa nacional é a que tem controle acionário (mais de 50% do capital) em mãos de brasileiros, dirigida por brasileiros e com sede no Brasil. Empresa estrangeira não pode ter acesso a créditos do governo (BNDES, por exemplo), nem operar em áreas estratégicas, como minas, energia, comunicação e educação.	Senadores Albano Franco (PMDB-SE) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP)
A mesma posição, acrescentando que as empresas nacionais serão as únicas a operar nas áreas de informática e química fina.	Deputados Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE)

## Campos critica posições 'nacionalistas'

Da Sucursal de Brasília

O senador Roberto Campos (PDS-MT) fez severas críticas às posições "nacionalistas" na abertura dos debates da sessão extraordinária realizada ontem à noite pelo Congresso constituinte para discutir o tema "Economia, Propriedade e o Estatuto de Empresa Nacional e Estrangeira". Campos, que exerceu no cargo de ministro do Planejamento no governo Castello Branco (1964-67), foi o primeiro orador e o mais citado pelos parlamentares que falaram em seguida, a maioria deles condenando as posições defendidas pelo senador pedessista.

Campos disse que "empresa nacional é aquela instalada no Brasil e

submetida às leis nacionais. É a que opera segundo nossas leis e aqui no Brasil gera empregos". Condenou a reserva de mercado ("não é a favor dos capitais brasileiros, mas contra os estrangeiros, preconceituosa"), qualificando-a como um "cartório", que violenta direitos dos consumidores e de investidores.

O deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ) condenou as posições de Campos. Palmeira disse que o senador "é contra os monopólios, mas como dirigente de empresas de crédito e financeiras, defendeu arduamente o monopólio dos grupos que controlam o capital financeiro e impedem a prosperidade de empresas produtivas".

AS PROPOSTAS EM DEBATE HOJE	
Propostas	Defensores
Jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilidade no emprego, pluralidade sindical, conforme proposto no Projeto Cabral.	Deputado Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP)
Contra a estabilidade, contra a jornada de 40 horas, a favor de que esses temas sejam tratados pela CLT e pela pluralidade sindical	Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Roberto Campos (PDS-MT)
A Constituição deve proibir as demissões imotivadas, sem referência à estabilidade. O item da jornada de trabalho deve abrir espaço para soluções flexíveis, com jornadas diferentes conforme a categoria profissional e a região do país.	Senador José Richa (PMDB-PR) e deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG)

## Direitos trabalhistas serão discutidos

A sessão extraordinária de hoje à noite no plenário do Congresso constituinte terá como tema "Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical", sendo que os discursos aguardados com maior expectativa são os dos deputados Guilherme Afif Domingos (PL-SP), centro-direita, e Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP), esquerda. Adversários numa série de questões, os dois concordam, porém, em um ponto: o da pluralidade sindical.

Afif vai defender ainda a tese de que o sindicalismo brasileiro tem origem na carta "fascista" de 1937, e que a

proposta da estabilidade no emprego não deve entrar na nova Constituição. Já Lula deve condenar a possibilidade de o empregador rescindir o contrato de trabalho unilateralmente, sem motivos justos, entre outras propostas.

Pelo PMDB falarão os deputados Maurílio Ferreira Lima (PE), Vicente Bogo (RS) e Luiz Henrique (SC). Vicente Bogo vai defender o que está no relatório da Comissão de Sistematização, ou seja, a jornada de trabalho de 40 horas, a estabilidade no emprego e a aposentadoria por velhice em prazos mais curtos do que os previstos na atual legislação.

## Situação do país define mandato, diz Figueiredo

Da Reportagem Local

O ex-presidente João Batista Figueiredo, 69, disse ontem, em São Paulo, que o atual mandato presidencial deve durar "o suficiente para fazer o povo brasileiro melhorar de situação". Foi esta a única resposta que deu ao ser cercado por jornalistas, às 19h, pouco antes de receber, nas dependências de um bufê em Higienópolis (centro paulistano), a "medalha do mérito rodoviário", que lhe foi dada pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga.

Definindo-se como um "profissional formado fora da política barata", Figueiredo disse que a transição democrática, "se não saiu a contento dos verdadeiros democratas, a culpa é daqueles que, ávidos do poder, tiveram verdadeira indigestão de democracia".

## Sarney vai a AL e reúne-se com governadores

Das Sucursais

O presidente José Sarney viaja hoje para Alagoas, para marcar o início das obras da hidrelétrica de Xingó, no município de Piranhas, na divisa com Sergipe. Em Piranhas, o presidente se reunirá com dez governadores de Estado do Nordeste. A nomeação de um novo superintendente para a Sudene deverá dominar a pauta da reunião, mas o porta-voz da Presidência da República, Antônio Frola Neto, disse que "difícilmente" um nome será anunciado.

Os governadores do Nordeste deverão indicar ao presidente Sarney o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson (PMDB), 37, para a superintendência da Sudene, em substituição a Dorany Sampaio (PMDB), demitido na quinta-feira. As articulações estão sendo feitas pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.